



“Viva a guerra!”: análise argumentativa de um texto de Reinaldo Azevedo¹

Felipe Bonow SOARES²

Antônio Luiz Oliveira HEBERLÊ³

Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Pelotas, RS

Resumo

Este estudo utiliza a teoria da argumentação desenvolvida por Perelman, que tem como base os antigos estudos da retórica, especialmente os de Aristotételes, para analisar como argumenta o jornalista Reinaldo Azevedo em um texto da sua coluna semanal no jornal Folha de São Paulo. O texto selecionado é “Viva a guerra!”, publicado em 14 de março de 2014. O objetivo deste estudo é, portanto, observar quais são os tipos de argumentos descritos por Perelman utilizados por Reinaldo Azevedo no texto selecionado. Além disso, pretende-se observar a aplicação prática dos conceitos de Perelman na análise jornalística.

Palavras-Chave

Argumentação; jornalismo opinativo; nova retórica; retórica

1. Introdução

Este estudo está relacionado com a temática da argumentação e sua aproximação com o jornalismo. O objetivo principal é analisar, segundo os estudos de Perelman (1993), como Reinaldo Azevedo, jornalista da Folha de São Paulo, argumenta em um de seus textos de opinião que são semanalmente publicados no jornal. É natural que a análise de apenas um texto não seja capaz de descrever como Reinaldo Azevedo costuma argumentar em seus textos e muito menos generalizar sobre argumentos em textos jornalísticos de opinião. Porém, com esta análise é possível verificar alguns elementos argumentativos utilizados pelo jornalista em um texto específico, além de observar a aplicação prática no ramo jornalístico da nova retórica de Perelman (1993).

¹Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Estudante do 7º semestre de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo na Universidade Católica de Pelotas. E-mail: felipeboares@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Doutor em Ciências da Comunicação. Professor do curso de Comunicação Social na Universidade Católica de Pelotas. E-mail: antonio.heberle@bol.com.br



O estudo da argumentação tem seu início na retórica. Fidalgo (2008, p. 1) explica que a palavra retórica tem origem no grego *retoriké*, ligada diretamente aos termos *retor*, que quer dizer orador, e *retoreia*, que significa discurso público ou eloquência. Quando se fala em retórica, pode-se entendê-la tanto como a ação da oratória, quanto o estudo desenvolvido a partir desta. Olivier Reboul (2004, p. 1) defende que a retórica surge muito antes de sua história como disciplina ou técnica, afinal é inconcebível imaginar uma sociedade em que não há indivíduos com intenções de persuadir os outros. Neste sentido, naturalmente a linguagem sempre foi utilizada como instrumento de argumentação.

A retórica tem seu nascimento como objeto de estudo por volta de 465 a. C. na Sicília Grega com Córax e seu discípulo Tísias. Após a expulsão de tiranos que dominavam os terrenos daquele local, os antigos proprietários necessitavam de tribunais para determinar a quem pertencia cada uma das áreas reconquistadas. Deste modo, se pode afirmar que a origem do estudo da retórica está vinculado ao gênero judiciário. Córax e Tísias, então, publicaram uma coletânea com preceitos básicos para serem utilizados como ferramentas de argumentação nos tribunais. Foi, porém, com os sofistas que a retórica se desenvolveu, especialmente em Atenas. O principal nome da retórica entre os sofistas é Górgias Leontinos, um siciliano considerado por Sousa (2001, p. 12) como o verdadeiro fundador da técnica retórica. Górgias foi para Atenas em 426 a. C. como embaixador da Sicília e foi por meio de sua brilhante oratória que encantou os atenienses. O que fez com que muitos se tornassem seus discípulos, fazendo dele o primeiro professor de retórica da história (REBOUL, 2004; SOUSA, 2001; BRETON; GAUTHIER, 2001).

A retórica ganha maturidade com Aristóteles (*Retórica*) e seu sistema retórico composto por quatro partes: a invenção, o momento em que o orador analisa o seu auditório e elege quais são os argumentos mais adequados para persuadi-los; a disposição, que se refere a construção lógica do discurso e quais são as partes que devem estar presente; a elocução, que tem a ver com a expressão enunciativa e é o momento em que o orador busca expressar de maneira conveniente e adequada o seu discurso; e a ação, o ato de proferir o discurso. A retórica aristotélica é o principal marco da retórica na história e é base para a maioria dos estudos posteriormente realizados (REBOUL, 2004; BRETON; GAUTHIER, 2001).

Com a ascensão do Império Romano, a retórica entra em seu período de declínio, que se estende entre os séculos I e XX. O declínio da retórica está intimamente



ligado ao fim das instituições republicanas: a democracia grega e a República Romana. Com isso o gênero deliberativo da retórica entra em desuso, afinal não há necessidade de deliberar sobre uma decisão que não cabe ao povo, mas ao imperador, no caso de Roma. A partir deste momento a retórica passa a ser resumida ao estudo da linguagem e das figuras de estilo. O golpe mais forte acontece em 1637, quando o francês René Descartes publica o tratado filosófico “Discurso sobre o método”. Descartes repudia a retórica e considera que esta não está relacionada com a verdade, defendendo que não há na ciência múltiplas verdades, mas apenas uma. Descartes defende uma filosofia que tem como finalidade a busca pela verdade e como fundamento a evidência. Deste modo, é preciso para alcançar a verdade científica um método baseado na evidência. A retórica, baseada na verossimilhança, não tem estes princípios como elementos fundamentais, portanto, para Descartes, não é um elemento válido para a filosofia (REBOUL, 2004; SOUSA, 2001; BRETON; GAUTHIER, 2001; PERELMAN, 1993; CUNHA, 2004).

É somente em 1958, com a publicação do Tratado de Argumentação de Chaïm Perelman em conjunto com Lucie Olbrechts-Tyteca que a retórica se renova. A teoria desenvolvida por Perelman é normalmente denominada de nova retórica, especialmente por sua relação com a retórica grega.

2. A nova retórica

Os conceitos da nova retórica de Perelman representam uma clara ruptura ao que afirmava Descartes sobre as ciências. A sua origem se dá quando Perelman (1993, p. 14) se questiona como é possível raciocinar sobre valores. A resposta ele encontra nos estudos gregos sobre a retórica. Tudo isso fica claro já na primeira página do seu livro inicial sobre o tema, de 1958. “A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes” (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 1). Grácio (1993, p. 7) e Cunha (2004, p. 39) analisam que essa declaração inicial de Perelman reflete um contraponto aos estudos da modernidade, em especial aqueles que são baseados na demonstração, e um reatar com tradição da retórica, recusando compreender a lógica como reduzida somente à lógica formal, portanto a teoria da argumentação de Perelman se apresenta complementar aos estudos demonstrativos, estuda o que estes são incapazes.



Também logo ao início do tratado Perelman e Tyteca (2002, p. 1) deixam claro porque a argumentação e a demonstração são ciências complementares. Segundo eles a natureza da deliberação e da argumentação é oposta à necessidade da evidência, base da demonstração defendida por Descartes, afinal não há razão para se argumentar contra evidências. É por isso que Perelman (1993, p. 29) compreende que na demonstração os signos utilizados devem ser desprovidos de ambiguidades, enquanto na argumentação a ambiguidade costuma estar presente, afinal esta se desenrola em uma língua natural. O campo da argumentação é, portanto, fundado no que é verossímil, escapando das certezas do cálculo (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 1).

A nova retórica se opõe à ideia de que a evidência é o único meio de chegar à razão. Nem por isso, é uma teoria que despreza a lógica e a racionalidade. Pelo contrário, o próprio Perelman é um lógico. Grácio (1993, p. 5) entende que é justamente a racionalidade a questão de fundo presente nos estudos de Perelman. Sousa (2001, p. 42) destaca que a nova retórica é responsável por um alargamento da racionalidade, deixando esta não confinada somente à evidência cartesiana e a verdade absoluta, mas também presente na razoabilidade, onde o consenso é o máximo que se pode atingir.

Dentre os conceitos específicos da argumentação presentes na nova retórica, o primeiro que se pode destacar a transformação do auditório com relação ao da retórica aristotélica. Para Perelman (1993, p. 24), os discursos agora são dirigidos a todas as espécies de auditórios e por meio de argumentos não demonstrativos pretendem convencer ou persuadir seja qual for a matéria a que se referem.

Perelman (1993, p. 29) entende que a intenção de uma argumentação é provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses apresentadas pelo orador, não apenas apresentar conclusões partindo de premissas. Por isso, Perelman afirma que é essencial o que denomina de contato de espíritos entre o orador e o seu auditório.

Neste sentido, a argumentação pretende agir sobre o auditório. E, por meio do conceito-chave da adesão dos espíritos, o orador pretende modificar a compreensão do auditório sobre o tema do discurso. O discurso argumentativo não busca impor algo ao auditório, mas negociar a ponto de ganhar a adesão dos espíritos (PERELMAN, 1993, p. 30). Mas para Perelman (1993, p. 31) a adesão dos espíritos não se limita a uma adesão puramente intelectual. Geralmente a argumentação tende a ter como objetivo final incitar o auditório à ação ou, ao menos, predispor este auditório a uma ação futura.

É natural que a argumentação deve ser adaptar ao seu contexto. Conforme a situação os efeitos gerados no auditório serão diferentes. Do mesmo modo, diferentes



objetos e temas do discurso, assim como tipos de auditórios, obrigam ao orador que utilize diferentes métodos para alcançar seu objetivo. Em resumo, o orador deve sempre estar adaptado ao seu auditório (PERELMAN, 1993, p. 32-33).

Entendidas as premissas da argumentação, agora é essencial compreender como Perelman entende o auditório. Nas suas próprias palavras, o auditório pode ser concebido como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação” (PERELMAN, 1993, p. 33). Com isso, Perelman expande a necessidade presencial do auditório existente na retórica aristotélica. O elemento essencial para essa expansão é o desenvolvimento dos meios de comunicação. Neste sentido, quando se discursa, não necessariamente o auditório a ser influenciado é aquele que está presente na situação, algumas vezes pode ser apenas parte deste auditório presencial, em outros casos pode ser que a intenção de persuasão não esteja dirigida a nenhum deles. Perelman (1993, p. 33) cita como exemplos o orador de um Parlamento que pode ter como intenção ganhar a adesão dos espíritos não do Presidente da câmara, mas sim os membros do seu partido ou mesmo a opinião pública; caso semelhante ocorre quando alguém é entrevistado por um jornalista e tem como intenção persuadir não o jornalista, mas os receptores do meio de comunicação em que a entrevista esta presente.

O conjunto que forma o auditório é certamente muito variável, podendo ser uma deliberação íntima, no caso de uma reflexão interpessoal do orador ou mesmo um discurso com intenção de alcançar a humanidade como um todo (neste caso, os indivíduos com as competências necessárias para fazerem parte do conjunto que forma o auditório). Deste modo, Perelman distingue, basicamente, três tipos de auditórios: o auditório íntimo, a deliberação consigo mesmo; o auditório universal, quando o discurso se refere à humanidade como um todo; e o auditório particular, formado por uma pessoa ou um grupo específico de pessoas. O discurso ideal, porém, deve ser sempre composto por premissas e argumentos universalizáveis, ou seja, deve ser construído nos moldes de um discurso que se refere ao auditório universal (PERELMAN, 1993).

No que diz respeito às premissas do discurso, Perelman (1993) afirma que devem ser aceitas pelo auditório a que se dirigem. De modo geral, ele entende que a adaptação ao auditório está diretamente relacionada à escolha de premissas admitidas pelo conjunto a quem o discurso se refere. Nas situações em que uma premissa não beneficie a adesão do auditório inicialmente, ela deve ser trabalhada por meio de técnicas e métodos mais adequados para reforça-la a ponto de torná-la aceita pelo



auditório. Caso contrário, o esforço do orador em construir conclusões pode ser arruinado caso parta de uma premissa não aceita pelo seu auditório.

Para Perelman (1993), são dois os objetos de acordo do qual o orador encontra o ponto de partida para o seu discurso. São eles os objetos que incidem sobre o real, os fatos, as verdades e as presunções; e os objetos que incidem sobre o preferível, os valores, as hierarquias e os lugares do preferível.

Os fatos e verdades não possuem o seu estatuto indefinidamente assegurado, afinal podem deixar de sê-los com o passar do tempo. Porém, de modo geral, fatos e verdades são aquilo que é admitido pelo senso comum ou por especialistas. Já as presunções, apesar de não terem um estatuto tão confiável quanto o dos fatos e verdades, fornece uma base aceitável para a argumentação.

Os valores e as hierarquias se referem a uma preferência, quando se entende que dois elementos não possuem uma igualdade, um é considerado melhor ou mais importante do que o outro. Geralmente os valores estão relacionados com termos como bom e mau, justo e injusto, belo e feio, verdadeiro e falso, etc. Os lugares do preferível, por último, são o que há de mais geral no que se refere aos valores. Os mais usuais são os lugares de quantidade, quando algo se refere a uma maioria que sobrepõe uma minoria ou ainda pode estar relacionado com o tempo, algo que é durável por mais tempo ou algo que se mantém confiável durante mais tempo, é necessariamente melhor; e os lugares de qualidade, quando valoriza algo por sua especificidade, por ser diferente do comum.

Na argumentação, os argumentos ou premissas que são utilizados como base para uma tese não implicam necessariamente a conclusão do orador, diferente do que ocorre na demonstração lógica. Os argumentos podem ser mais fortes ou fracos e essa noção também tem a ver com a percepção do auditório. Em um discurso, os argumentos podem aparecer de duas formas: de dissociação, quando tem como intenção separar elementos que haviam sido anteriormente ligados entre si; e de ligação, quando pretende transferir para as conclusões a adesão das premissas (PERELMAN, 1993, p. 68).

Perelman (1993, p. 70) destaca que os argumentos de dissociação nunca chamaram a atenção dos antigos retóricos, mas que os considera fundamentais quando se procura resolver algum tipo de dificuldade que o pensamento comum apresenta. Neste sentido, a dissociação é relevante para separar elementos qualificados da mesma forma, mas que não o são. São os argumentos de dissociação, para Perelman, o caminho para elaborar um real filosófico, que se opõe ao senso comum.



Os argumentos de ligação são de três tipos: os argumentos quase lógicos, os argumentos fundados sobre a estrutura do real e os argumentos que fundam a estrutura do real. Os argumentos quase lógicos estão próximos do pensamento formal, da lógica matemática, porém pressupõem teses de uma natureza não-formal. Os argumentos fundados sobre a estrutura do real são baseados em ligações que existem entre os diversos elementos da realidade. Por fim, argumentos que fundam a estrutura do real são formados por induções, utilizam casos específicos para generalizar (PERELMAN, 1993).

2.1. Os argumentos quase lógicos

a) *Contradição e incompatibilidade*: Perelman (1993, p. 74) argumenta que, diferentemente do que acontece na lógica formal, não há contradição na argumentação. Uma contradição em um sistema formal ocorre quando há uma asserção de uma proposição e da sua negação e faz com que o sistema se torne inutilizável. Já na argumentação, ocorre uma incompatibilidade, em função do conflito de afirmações. Portanto, o orador é obrigado a escolher em qual das afirmações irá fundar a sua construção argumentativa (PERELMAN, 1993, p. 74-75).

b) *Identidade e definição*: Em um sentido formal, a identidade é algo estabelecido, seja por meio de uma evidência, seja por algum tipo de convenção. Portanto, necessariamente uma coisa é ela mesma. Neste sentido, a identidade não possui controvérsia ou ambiguidade e, portanto, foge à argumentação. Aqui entra o papel da definição na lógica argumentativa. A definição se refere ao objeto definido e à sua definição (PERELMAN, 1993, p. 79-80).

Partindo do pressuposto de que na argumentação múltiplas são as definições de um objeto, definir é escolher, e justificar por meio de argumentação, qual das definições relativas a um objeto será compreendida e utilizada durante a construção discursiva. Afinal a identidade na argumentação não é arbitrária, diferentemente da lógica formal (PERELMAN, 1993, p. 80).

c) *A regra da justiça e a reciprocidade*: A ideia de uma regra de justiça tem a ver com um tratamento igualitário para seres de uma mesma categoria. Geralmente o ser humano age de maneira semelhante frente a ocasiões semelhantes, gerando, dessa maneira, os costumes e a forma habitual de agir, em resumo, os padrões. Considera-se



então que seja justo que frente a situações semelhantes, não haja imparcialidade, e que o comportamento do indivíduo não seja diferente (PERELMAN, 1993, p. 84-85).

Do mesmo modo, argumentar pela reciprocidade é considerar que dois seres ou situações devem ser tratados da mesma forma na relação que há entre si. O argumento da reciprocidade é, portanto, diretamente ligado à ideia de simetria (PERELMAN, 1993, p. 86).

d) *Argumentos de transitividade, de inclusão e de divisão*: O argumento da transitividade consiste na noção de que, se é possível transferir uma afirmação entre um primeiro e um segundo e entre um segundo e um terceiro, é também possível que a transferência ocorra entre o primeiro e o terceiro, sem intermediação. “A relação aRc é sempre verdadeira quando são verdadeiras as premissas aRb e bRc ” (PERELMAN, 1993, p. 88). É fundamental destacar que para que a transitividade ocorra, o elemento a ser transferido deve ser um elemento transitivo, caso a relação não seja transitiva, o argumento está destruído (PERELMAN, 1993, p. 88).

O argumento pela inclusão afirma que o todo é maior que cada uma das suas partes. Quando se entende que o todo vale mais que as suas partes, que o todo pode mais que suas partes ou casos em que, por exemplo, algo que não é permitido ao todo também não é permitido a nenhuma de suas partes, a argumentação se dá via inclusão. As partes são subordinadas ao todo (PERELMAN, 1993, p. 89).

Por outro lado, no argumento pela divisão se tira uma conclusão do todo, após a análise de suas partes. Nestes casos, não se tira a conclusão a partir da subordinação das partes ao todo, mas por meio das partes, compreende-se o papel do todo (PERELMAN, 1993, p. 90).

e) *Os pesos e medidas e as probabilidades*: Utiliza-se a comparação como um argumento que não há possibilidade de uma pesagem ou medida efetiva, alcançando uma evidência definitiva. Os pesos e medidas são sistemáticos, a comparação não. Neste caso, pretende-se utilizar do juízo em uma operação controlada, que não se torna absurda, que, apesar de desprovida de um sistema matemático, possui uma lógica comparativa (PERELMAN, 1993, p. 92).

Geralmente, destaca Perelman (1993, p. 94), pretende-se com a comparação não apenas informar, mas principalmente impressionar o auditório. Portanto uma grandeza numérica tende a ser menos eficaz que uma grandeza relativa utilizando um termo adequado para a comparação. O autor exemplifica afirmando que para um parisiense é



mais eficiente dizer que um país é nove vezes maior que a França do que dizer que é metade do Brasil.

As comparações dos argumentos quase lógicos podem ser associadas, dessa maneira, a probabilidades não calculáveis ou ideias subjacentes ao cálculo de probabilidades (PERELMAN, 1993, p. 95).

2.2. Os argumentos fundados sobre a estrutura do real

a) *As ligações de sucessão*: As ligações de sucessão compreendem a existência de um vínculo casual entre fenômenos, quase como em um modelo de causa-efeito. Deste modo, a argumentação pode se relacionar com a busca pelas causas, a determinação dos efeitos ou a análise das consequências do fenômeno. No caso de atos intencionais, a compreensão do motivo que incitou o ato é feita em conjunto com a busca pela causa (PERELMAN, 1993, p. 97).

As ligações de sucessão também estão relacionadas com padrões, de modo que, quando não há conhecimento de um dos elementos do fenômeno (causa, efeito ou consequências) e se pratica alguma investigação para descobri-lo, pode-se utilizar a lógica de correlações, em que, a princípio, mesmas causas, produzem os mesmos efeitos (PERELMAN, 1993, p. 98).

b) *As ligações de coexistência*: As ligações de coexistência relacionam elementos de realidades de níveis desiguais, sendo uma apresentada como manifestação da outra. O exemplo mais simples e usual é o vínculo entre o indivíduo e seus atos. Neste caso, o indivíduo (como construção social – personalidade) e as suas ações estão em constante interação, de modo que dificilmente se pode dizer qual elemento deu origem ao outro. Por meio das ligações de coexistência, busca-se compreender o caráter do indivíduo por meio de seu comportamento ou o inverso (PERELMAN, 1993, p. 105).

É por meio da maneira como os atos de um indivíduo são recebidos pelos outros que faz com que ele gere prestígio e propensão a ser imitado ou exercer algum tipo de autoridade moral sobre os outros. Neste sentido, surge o argumento de autoridade, quando o orador se apropria da opinião de alguém com grande prestígio para fortalecer alguma premissa ou tese. Naturalmente que o argumento de autoridade jamais é capaz de prevalecer contra uma verdade demonstrável e, portanto, é inútil na lógica formal (PERELMAN, 1993, p. 108-109).



Ainda é possível buscar uma dissociação entre o indivíduo e seus atos, tanto afastando o primeiro do segundo, quanto o inverso. A isso Perelman (1993, p. 110-111) dá o nome de técnicas de ruptura, quando impedem a interação entre indivíduo e seus atos; e técnicas de travagem, quando apenas restringe a relação entre uma pessoa e suas ações. Como é difícil realizar uma completa ruptura, Perelman entende que o segundo caso é mais comum do que o primeiro.

c) *A ligação simbólica, as duplas hierarquias, as diferenças de ordem:* A ligação simbólica está, de certo modo, inserida dentro das ligações de coexistência. A ligação simbólica se refere a relação entre um símbolo e o que ele evoca, deste modo, o símbolo e o simbolizado são representados de uma mesma parte (PERELMAN, 1993, p. 115).

As duplas hierarquias podem ser formadas tanto por ligações de sucessão, quanto por ligações de coexistência, mas geralmente estão relacionados ao segundo e tem a ver com a interação entre a pessoa e seus atos. As duplas hierarquias exprimem uma ideia de proporcionalidade e podem ser quantitativas, quando possuem uma relação estatística; ou qualitativas, quando a sua relação se dá por meio de elementos apenas preferíveis (PERELMAN, 1993, p. 116).

As diferenças de ordem ou natureza são, basicamente, simples diferenças de grau. De modo geral, as diferenças de ordem equivalem dois elementos e acabam por minimizar ou valorizar qualquer tipo de diferença de grau existente entre eles (PERELMAN, 1993, p. 117).

2.3. Os argumentos que fundam a estrutura do real

a) *A argumentação pelo exemplo:* Utilizar o exemplo como ferramenta de argumentação se dá quando o orador busca regularidades em um ou mais casos particulares para generalizar sobre um todo. A argumentação pelo exemplo, neste sentido, não entende um acontecimento (utilizado como exemplo na argumentação) como um caso isolado, mas como algo relacionado ao contexto em que está inserido e dotado de padrões comuns a outros casos semelhantes (PERELMAN, 1993, p. 119).

b) *A ilustração:* Perelman (1993, p. 121) diferencia a ilustração do exemplo por uma característica específica: no caso da ilustração, não se busca generalizar a partir de um caso particular, mas reforçar uma regra ou tese já admitida. Como o próprio nome sugere, este argumento serve para ilustrar a afirmação do orador, gerando a presença no



discurso. O papel principal da ilustração não é gerar uma tese, mas reforça-la, de modo que busca impressionar a imaginação do auditório.

c) *O modelo e o antimodelo*: No caso do modelo, o caso particular não serve como exemplo para uma generalização ou ilustração para reforçar uma tese já aceita, mas como um comportamento a ser imitado. Para tal, é essencial que o modelo seja dotado de autoridade e prestígio perante o auditório, assim como no caso do argumento de autoridade. O antimodelo, por consequência, se trata do fenômeno inverso. Alguém inferior segundo a avaliação do auditório, que não é dotado de autoridade e prestígio não deve ter suas ações como atos a serem imitados e, portanto, torna-se um antimodelo (PERELMAN, 1993, p. 123-124).

d) *Analogia e metáfora*: A analogia tem como característica a relação de similitude entre dois elementos e, portanto, se difere de proporções matemáticas, visto que não estabelece nenhum tipo de igualdade. Ou seja, a analogia é desprovida de simetria, essencial para as relações matemáticas (PERELMAN, 1993, p. 127).

A analogia apropria-se de um elemento mais conhecido pelo auditório para, por meio de um exercício de assimilação, esclarecer, caracterizar ou definir outro elemento a partir das características do elemento já familiar ao auditório (PERELMAN, 1993, p. 128).

Por consequência de relacionar temas distintos para esclarecer sobre um deles para o auditório, toda analogia tende a evidenciar convergências entre os dois elementos, enquanto que deixa outras características de lado (PERELMAN, 1993, p. 131).

Para Perelman (1993, p. 132-133), a metáfora é formada por uma analogia que funde tema e foro. Geralmente a metáfora tende a suprimir elementos de uma relação inicial para chegar a uma relação final. Perelman exemplifica que quando se denomina um guerreiro de leão, parte-se da relação inicial de que o guerreiro em relação aos outros homens é como o leão em relação aos outros animais. Ou seja, por meio da relação entre o homem e um animal, descrevem-se elementos da personalidade do homem.



3. “Viva a guerra!”: Análise argumentativa de um texto de Reinaldo Azevedo

O texto de Reinaldo Azevedo aqui analisado foi publicado no jornal Folha de São Paulo em 14 de março de 2014 com o título de “Viva a guerra!”⁴. Nele, basicamente, Reinaldo Azevedo fala sobre a relação turbulenta entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A tese defendida é de que a “guerra” entre os dois é benéfica para o Brasil.

Desde o título do texto analisado (“Viva a guerra!”), a analogia já está presente na argumentação de Azevedo (2014), apesar de em um momento inicial (com a leitura apenas do título) isso ainda não estar claro. É somente com a leitura do texto que se compreende a analogia utilizada no título.

Azevedo (2014, online) inicia seu texto com premissas que considera aceitas pelo auditório ou que pretende fazer com que assim sejam por meio de sua apresentação: “O PMDB, como regra, ‘só dá alegrias’ à presidente Dilma Rousseff, certo? Antes disso, conduzia Luiz Inácio Lula da Silva a verdadeiros êxtases [...]. E não é menos verdade que tenha feito a felicidade de FHC, de Itamar ou de Sarney”. Na sequência, recorre novamente à analogia, fazendo a relação entre a economia de mercado e o apoio político: “Na economia de mercado, há vendedores porque há compradores – e vice-versa. Vale para o comércio de apoio político, de feijão ou de drogas” (AZEVEDO, 2014, online). Até este momento, Azevedo ainda está se preocupando em contextualizar a sua argumentação para o auditório a que se refere.

No segundo parágrafo, mais uma vez recorre a premissas que devem ser aceitas pelo auditório. Diferente das premissas antes apresentadas, estas são mais contraditórias e parecem não ser automaticamente aceitas por um auditório universal, como Perelman (1993) sugere que deve ser uma premissa ideal.

Sempre que os petistas são, como eles dizem, “chantageados” pelo PMDB, recorrem à Quinta Cavalaria, formada pelos bravos soldados do jornalismo e do colunismo. A nossa tarefa (minha, não!) passa a ser, então fazer a “faxina ética” em lugar do petismo, desmoralizando os peemedebistas recalcitrantes (AZEVEDO, 2014, online).

Mais uma vez Azevedo utiliza de analogias, como Quinta Cavalaria e soldados, relacionadas a analogia inicial da guerra, e faxina ética. Mas o que mais vale destacar

⁴ O texto pode ser acessado pelo site do jornal no seguinte endereço: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2014/03/1425251-viva-a-guerra.shtml>



aqui é que o trecho selecionado parece ser tanto uma argumentação por meio de ligações de sucessão como de coexistência. Isso porque Azevedo sugere uma relação de causa-efeito entre a necessidade do PT atacar ou se defender do PMDB com a busca pelos jornalistas, ao mesmo tempo que sugere um relação do indivíduo (PT) com seus atos (utilização da mídia contra PMDB) para, deste modo, atacar o prestígio do indivíduo devido ao seu ato. Já na sequência, Azevedo (2014, online) utiliza uma ilustração, tendo em vista que supõe que a afirmação anteriormente apresentada é aceita pelo auditório: “Hora de retirar do arquivo, por exemplo, a ‘ficha’ de Eduardo Cunha (RJ), o líder do PMDB na Câmara e chefe da rebelião, desmoralizando-o, evidenciando que suas ações atendem apenas a apelos menores e de interesses pessoais”.

É no terceiro parágrafo que Azevedo, de fato, apresenta sua tese, utilizando novamente como argumento uma ligação de sucessão. Verifica-se a presença de uma ligação de sucessão pela característica de causa-efeito da a “guerra” entre PT e PMDB com as consequências que esta pode gerar. Este parece ser o argumento mais forte do seu discurso, afinal está diretamente relacionado com a sua tese e busca expor os motivos pelo qual a “guerra” entre PT e PMDB é boa.

Na relação PT-PMDB, prefiro a guerra à paz. É melhor para o país. Dez ministros, mais a presidente da Petrobras, terão de dar explicações à Câmara? Haverá uma comissão para acompanhar a investigação de eventuais falcatruas na Petrobras? Tuma Jr. foi convidado a falar o que diz saber sobre o Estado policial petista? Ótimo! (AZEVEDO, 2014, online).

Como já dito, a ligação de sucessão se verifica como um forte argumento para a transferência da adesão do auditório das premissas para as conclusões quando Azevedo apresenta consequências que considera positivas para o Brasil em função da “guerra” entre PT e PMDB. Aqui parece estar o núcleo argumentativo do texto. É preciso também destacar que neste ponto a argumentação pode ser falha, porque Azevedo expõe as consequências da guerra entre PT e PMDB e apenas afirma que essas são positivas (sua tese), mas não argumenta de que modo isso se verifica na realidade, como elas são, de fato, positivas para o país.

Em seguida, Azevedo (2014, online) volta a utilizar a analogia e fazer uso de uma ligação de coexistência para criticar a atuação de alguns jornalistas que estariam favorecendo o PT em suas produções jornalísticas: “Mas jornalista não é soldado. Ignorar que o conflito em curso é também expressão das tentações hegemônicas do petismo, [...] corresponde a abandonar o jornalismo em benefício da fofoca ou do



cumprimento de uma tarefa”. A ligação de coexistência se dá, mais uma vez, em função da relação entre indivíduos (jornalistas) e seus atos (a publicação de notícias favoráveis ao PT) e causa a desmoralização dos indivíduos perante o auditório.

Seguindo em frente, Azevedo argumenta que o PT tem como pretensão atacar o PMDB para que este acabe perdendo forças. Para isso utiliza um exemplo que também é uma ligação de sucessão: “A essência da reforma política do PT [...] busca, no médio prazo, destroçar o PMDB” (AZEVEDO, 2014, online). Cita como principal elemento para isso o financiamento público de campanha defendido pelo PT. A ligação de sucessão se verifica, pois, caso a reforma política venha a se realizar (causa), o PMDB será, em última instância, prejudicado (efeito).

Antes de encerrar, Azevedo afirma que o PMDB (ao contrário do PT, insinua) ainda está entre os fiadores da democracia. E, então, utiliza o que pode ser tanto um exemplo, para o caso de tentar provar a tese levantada, como uma ilustração, apenas para reforça-la: “[O PMDB] descartou, por exemplo, num congresso partidário, de modo peremptório, canalhices como o ‘controle social da mídia’” (AZEVEDO, 2014, online). Cita ainda, para reforçar o que já havia afirmado anteriormente que o controle social da mídia é eficaz para o PT como ferramenta contra o PMDB.

4. Considerações finais

Percebe-se, por meio da análise do texto “Viva a guerra!” de Reinaldo Azevedo que o jornalista busca como argumentos mais fortes para defender a sua tese a utilização de dois argumentos fundados sobre a estrutura do real: a ligação de sucessão e a ligação de coexistência. A primeira pode, inclusive, ser considerada como utilizada para gerar o argumento mais forte do texto, visto que está diretamente relacionado com a tese defendida por Azevedo.

Um dos elementos mais presentes no texto é a analogia. Desde o título do texto até diversas utilizações no corpo relacionadas a esse (soldados, quinta cavalaria) ou não relacionadas (faxina ética e a relação entre apoio político e economia de mercado). Apesar disso, as analogias não parecem ser um argumento forte no texto, visto que não são essenciais para a argumentação. São, na realidade, mais relacionadas à estética argumentativa, ao estilo e eloquência da linguagem.

Verifica-se também que a argumentação de Azevedo por vezes pode falhar por não estar baseadas em premissas universais. É o caso quando afirma que o PT recorre



aos jornalistas quando precisa desmoralizar o PMDB. Se esta premissa não for aceita pelo auditório, a argumentação acaba prejudicada. Portanto, aqui o discurso pode ser eficiente para parte do auditório (que concorda com a premissa), mas pode estar infundado para a outra parte (que não concorda com a premissa).

Por fim, percebe-se que a nova retórica de Perelman pode ser utilizada na análise de textos jornalísticos com eficiência, sendo capaz de caracterizar a argumentação realizada, no caso deste estudo, por Reinaldo Azevedo. É relevante, para uma conclusão mais adequada sobre a praticidade da nova retórica na análise jornalística, que sejam realizados mais estudos referentes ao tema, porém, de modo inicial a utilização parece eficiente. É preciso deixar claro, ainda, que a nova retórica cobre a análise dos argumentos lógicos do discurso e é incapaz de definir precisamente como outros elementos (especialmente os externos ao discurso) podem influenciar no sucesso ou não da argumentação.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2 ed. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005

AZEVEDO, Reinaldo. **Viva a guerra!**. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/reinaldoazevedo/2014/03/1425251-viva-a-guerra.shtml>
Acesso em 25/03/2014

BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. **História das Teorias da Argumentação**. Trad. Maria Carvalho. Lisboa: Bizâncio, 2001

CUNHA, Tito Cardoso e. **Argumentação e Crítica**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2004

FIDALGO, António. **Definição de retórica e cultura grega**. 2008. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-retorica-cultura-grega.pdf> Acesso em 24/02/2014

GRÁCIO, Rui Alexandre. Introdução à tradução portuguesa. In: PERELMAN, Chaïm. **O Império Retórico: Retórica e Argumentação**. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: Asa, 1993 (p. 5-11)

PERELMAN, Chaïm. **O Império Retórico: Retórica e Argumentação**. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: Asa, 1993

PERELMAN, Chaïm. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: A Nova Retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. 2 ed. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004

SOUSA, Américo de. **A Persuasão**. Covilhã: Labcom, 2001